

Brasília: por um progresso harmônico



Distrito Federal sobre os serviços sociais básicos da capital.

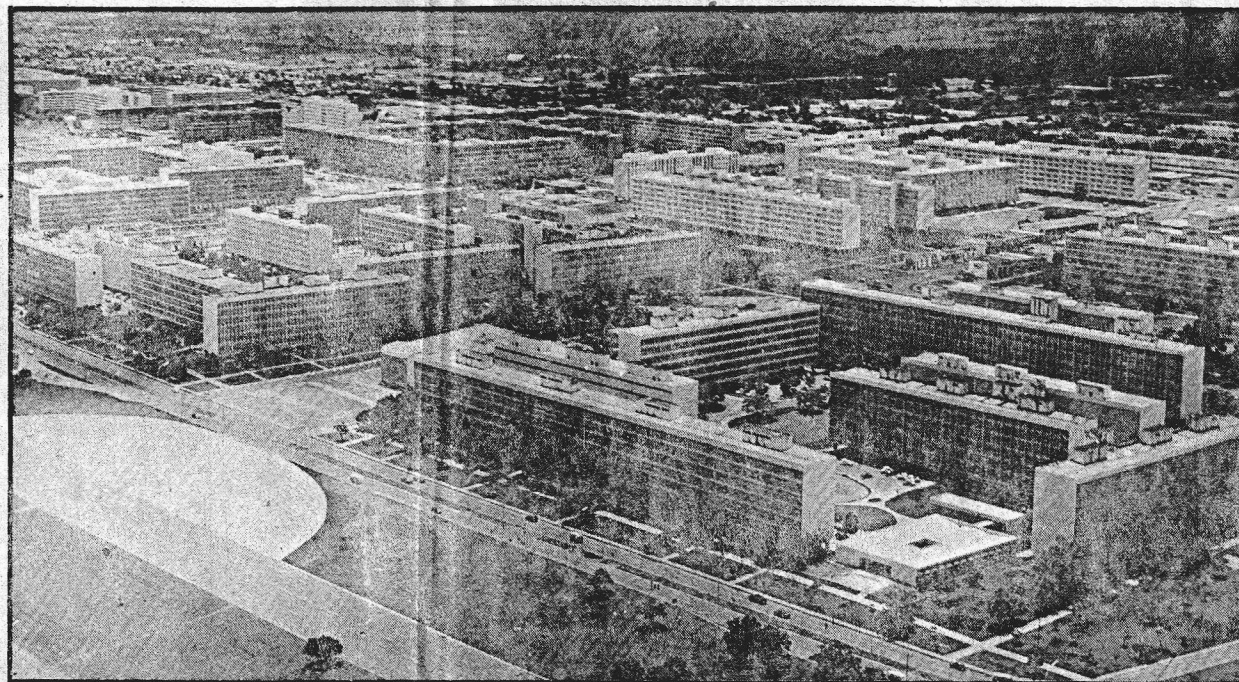
O Programa foi avaliado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento — Suplan — do Ministério da Agricultura, que analisou a participação de cada órgão envolvido a partir da destinação de recursos, fazendo um relatório das realizações, apontando os entraves e apresentando as conclusões, bem como uma apreciação crítica do comportamento de cada órgão.

O relatório aponta, entre as principais realizações do Programa no ano passado, no que diz respeito à Assistência Técnica e Pesquisa Agropecuária, a assistência a cerca de 17.366 produtores, aplicação de Cr\$ 644 mil em crédito rural, instalação de 13 unidades operativas, 36 cursos para produtores, instalação de 54 campos de demonstração, instalação de campos experimentais no eixo Ceres/Anápolis, condução de 57 subprojetos de pesquisa e conclusão do projeto de Implantação e Operação da Unidade de Pesquisa de Goiânia, além da condução de oito subprojetos de pesquisa.

A execução do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília-Pergep, envolve seis órgãos: Embrapa, Embrapa, Secretaria de Agricultura de Goiás, Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, Secretaria de Agricultura e Produção no Distrito Federal e Rural Minas. O desempenho desses órgãos foi considerado regular pelos técnicos da Suplan.

— Na avaliação em separado por entidades envolvidas, o relatório considerou a atuação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — Embrater — satisfatória, nos cinco projetos sob sua responsabilidade, apesar das dificuldades encontradas.

— Coube à Embrater a execução de cinco projetos de assistência técnica, com recursos da ordem de Cr\$ 33,9 milhões, distribuídos em duas parcelas para os exercícios de 75 e 76, reajustados depois para Cr\$ 40,8 milhões. Esses projetos se localizam no Vale do Paracatu, área de mineração, BRs 040/050, eixo Ceres-Anápolis e Vale do Paracatu. As principais realizações destacadas foram a implantação de 16 campos de demonstração, dos quais sete de pecuária, quatro de cultura de arroz, três



No Distrito Federal, uma preocupação: reduzir a taxa de expansão demográfica

de cultura de milho e dois de sorgo, 12 cursos sobre cultura de arroz, dois sobre cultura de milho, seis sobre pecuária e dois sobre alimentação; instalação dos ensaios e demonstração dos resultados do Programa de Difusão do Uso de Fertilizantes e Corretivos. No total foram beneficiados 22.030 hectares com assistência técnica e elaborados 562 projetos de planejamento técnico e econômico no valor de 115.244 mil.

— Coube à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa — a execução de quatro projetos, sendo dois campos experimentais, um de implantação de unidade de pesquisa e um de unidade de execução de pesquisa. A verba para esses projetos foi programada em 16,9 milhões, e eles deveriam desenvolver-se da seguinte forma: campos experimentais no Vale do Paracatu e Eixo Ceres-Anápolis, Unidade de Execução de Pesquisa no Vale do Paracatu e implantação de uma unidade de pesquisa em Goiânia.

— Desses projetos foram instalados 54 campos de demonstração, 57 subprojetos de pesquisa nos campos experimentais instalados no eixo Ceres-Anápolis, conclusão do projeto de implantação e operação da unidade de pesquisa de Goiânia e condução de oito subprojetos de pesquisa. Os demais projetos — campos experimentais no Vale do Paracatu e unidade de execução de pesquisa do Vale do Paracatu — apesar de terem utilizado os recursos, pouco realizaram, e o último deverá ser reprogramado.

— Os obstáculos que impediram o cumprimento integral do Programa

foram o atraso na liberação dos recursos financeiros e o acerto firmado com outras instituições para a transferência e delimitação das áreas para localização da base física para implantação do projeto no Vale do Paracatu; embora o relatório indique algumas falhas no sistema de acompanhamento dos projetos e proponha a reprogramação do projeto para o Vale do Paracatu que estava paralisado, mesmo havendo recursos de 1975 que não haviam sido utilizados. Ainda assim, o conceito emitido sobre o desempenho da Embrapa no desenvolvimento dos projetos sob sua responsabilidade classificou-a de “regular”.

Quanto aos projetos a cargo da Fundação Rural Mineira — Ruralminas —, Fundação Zoobotânica do DF e Secretaria da Agricultura e Produção do DF, não foram iniciados devido à não liberação dos recursos programados para 1976. Esses três órgãos tinham a seu cargo o desenvolvimento de três projetos envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 17 milhões, distribuídos da seguinte forma: à Ruralminas caberiam Cr\$ 11,5 milhões para um projeto de irrigação do Vale do Paracatu, a ser realizado no Vale do Rio Preto. O projeto deveria ter sido iniciado em janeiro de 1976 e seria concluído no próximo mês de dezembro. A Fundação Zoobotânica do Distrito Federal desenvolveria um projeto de assistência técnica aos produtores rurais do DF através da implantação de campos de demonstração, extensão rural e educação que teria início em julho de 76 e terminaria também em dezembro deste ano. Os recursos para esse projeto eram de Cr\$ 4 milhões. Finalmente, caberia à Secretaria da Agricultura e

Produção do Distrito Federal, a partir de agosto de 76, com recursos de Cr\$ 1,5 milhão, promover o fortalecimento do Núcleo de Planejamento Agrícola do Distrito Federal para o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.

Em sua última reunião, o Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília propôs uma série de medidas para a programação do próximo ano, que deverão estender-se ao período 78/79. A proposta do Grupo Especial abrange os seguintes pontos: estabelecimento de novas sistemáticas para administração do programa através de estudos e projetos para melhor embasamento à programação; conclusão de projetos e início de outros novos; aumentar a corresponsabilidade, participação e autoria da Sudeco e dos Estados no Programa; promover o conhecimento mais amplo e abrangente da problemática regional apoiando e complementando os órgãos estaduais, orientando e auxiliando os núcleos estaduais na implantação dos projetos, colocando sua estrutura técnica a esse serviço.

Realizar a intermediação entre a função executiva de responsabilidade estadual e uma coordenação mais ampla, dando parecer aos pedidos de liberação das parcelas do cronograma financeiro, sugerir alternativas de política de desenvolvimento regional e proporcionar elementos vários para definição de estratégias e diretrizes para a região. Com Base nessas proposições, a Sudeco ficaria com a função de preparar os Estados para assumirem de fato a execução de projetos num prazo que

poderia ser fixado para janeiro do próximo ano.

Ao próprio Grupo Especial ficaria reservada a proposição de diretrizes regionais e setoriais com base nos objetivos do Programa, relatórios, estudos, pesquisas e outros documentos elaborados pela Sudeco. Também lhe caberia apresentar relatórios, propostas de programação e realização de contatos diversos na área dos ministérios envolvidos e Presidência da República.

Os Estados e o Distrito Federal deverão assumir maiores responsabilidades nas tarefas ligadas à execução do Programa, edificando e desenvolvendo estruturas organizacionais que possam garantir respaldo técnico e político na área de execução, com os seguintes objetivos: a) a partir das diretrizes da Sudeco/Grupo Especial e apoio técnico, elaborar projetos que seriam apresentados à coordenação regional; b) assumir paulatinamente toda a execução dos projetos, obras, fiscalização, acompanhamento de execução etc.; c) durante a transição 78/79, cuidar da integração de ações da Sudeco e Estado de Goiás para evitar paralelismos.

O documento preparado pelo grupo especial em sua última reunião propõe para o próximo ano a montagem de um elenco de projetos que deverão compor a programação do biênio 78/79, e a realização de uma seleção de projetos em execução, adequando-os às eventuais alterações nas prioridades e eliminando possíveis atomizações; seleção de novos projetos aceitos após enquadramento e hierarquização dentro das prioridades setoriais a serem estudadas pela Sudeco.

A fim de proporcionar melhor embasamento à programação 78/79 referente às prioridades para seleção de projetos, a Sudeco realizará algumas reuniões, neste mês de novembro, com os setores agropecuário, de saúde, infra-estrutura e recursos naturais. Esses seminários deverão propor diretrizes setoriais preliminares para orientar a alocação de recursos durante o período de transição. Serão programações eminentemente técnicas e, a partir dessa data até fins de 1979, a Sudeco empreenderá a elaboração de estudos setoriais amarrados a uma proposta geral que deverá delinear as diretrizes e indicar projetos específicos para serem implementados a partir de 1980, quando se prevê a entrega definitiva da tutela do programa.

Esses estudos visam proporcionar maior consistência à programação e condições para alocação de recursos mais adequados espacial ou setorialmente. Os recursos necessários a esses trabalhos poderão ser proporcionados por um convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Distrito Federal, que entraria na programação de 78 com o título de Projeto da Região Geoeconômica de Brasília.